



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Seabra

CNPJ. 13.922.604/0001-37 - Praça Benjamin Constant, 18 - Seabra-BA, 46900-000

Contrato nº 0280-2021

DISPENSA/INEXIGIBILIDADE 0193D-2021

CONTRATO DE FORNECIMENTO

O **Município de Seabra**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Benjamin Constant, 18, inscrito no CNPJ sob o nº 13.922.604/0001-37, neste ato representado pelo(a) seu(ua) Prefeito, o(a) Sr.(a) **FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 944.951.735-53 e cédula de identidade nº 09005109-27, residente e domiciliado no(a) Rua Adelina Domingas de Jesus, Nº 445, Lago Sul, Seabra-BA, CEP 46900-000, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **JOHM ALISOM SANTOS ROCHA ME**, inscrito(a) no CNPJ sob nº 12.748.434/0001-53, localizado(a) no(a) Rua Horacio de Matos, 223, CENTRO, Seabra-BA, representado(a) pelo(a) Sr.(a.) **JOHN ALISOM SANTOS ROCHA**, CPF: 00403457505, RG: 0900532572, residente e domiciliado no(a) RUA MANOEL TEIXEIRA LEITE, aqui denominado CONTRATADO, com base nas disposições da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterada pela Lei 8.883/94, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante cláusulas e condições seguintes:

Fundamentação Legal:

Dispensa de Licitação, para aquisição de material permanente, destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, nos termos do inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93.

I – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O presente contrato tem por objetivo aquisição de um drone para ser utilizado pela área da engenharia e fiscalização de obras para um melhor resultado nos projetos executados, bem como na fiscalização de obras irregulares por parte dos fiscais resultando em um trabalho de melhor qualidade neste Município de Seabra-BA

II – CLÁUSULA SEGUNDA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES.

2.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATADA:

I Entregar o produto ofertado;

II Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

III Atender com prontidão as reclamações por parte do receptor dos produtos, objeto do presente contrato;

IV Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

2.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

I Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

II Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

III Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

IV Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

III – CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE FORNECIMENTO DE OBJETO.

3.1. Os produtos objeto desta licitação, deverão ser entregues mediante apresentação da requisição de compra, emitida pela Setor de Compras, ou por um dos representantes/gestores dos Fundos Municipais vinculados à Prefeitura, conforme o caso.

IV – CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

4.1. O valor global do fornecimento, ora contratado é de 8.499,00 (Oito mil e quatrocentos e noventa e nove reais), fixo e irrevogável, relativo aos itens constante do anexo deste instrumento.

4.2. No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.

4.3 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da efetiva entrega dos materiais deste contrato, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, a ser creditado : 8.499,00, creditando-se na.

4.4 - A Nota Fiscal/Fatura, deverá ser emitida pela licitante vencedora/contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de

inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho;

4.5 - Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

4.7. O pagamento só será efetuado após a comprovação pelo contrato de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal e com o FGTS.

V – CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE.

5.1 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com a proposta do contratado, fixo e irrevogável.

5.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio

VI – CLÁUSULA SEXTA – RECURSO ORÇAMENTÁRIO.

As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade orçamentária 1:	08.08 - UNIDADE DE OBRAS E URBANISMO
Projeto atividade 1:	2049 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO
Classificação econômica 1:	4490.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso 1:	0 - Recursos Livres

VII – CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES.

7.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste contrato, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor empenhado.

7.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

I - advertência;

II - multa de **10% (dez por cento)** do valor do contrato,

III - suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a **2 (dois)** anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.3. Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até **5 (cinco)** anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **5 (cinco)** dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

7.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.6 - As multas de que trata este capítulo, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

VIII – CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL.

8.1 - A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

IX – CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO.

9.1. Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do município.

X – CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA.

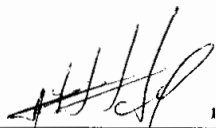
O presente Contrato vigorará do dia 29/07/2021 até 20/08/2021.

XI – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO.

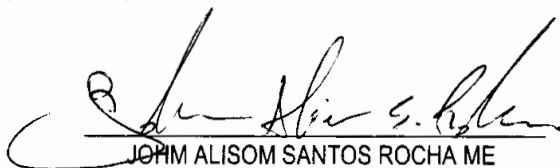
As partes elegem o Foro da cidade de Seabra - BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Seabra-BA, 29 de Julho de 2021




FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA
Contratante



JOIM ALISOM SANTOS ROCHA ME
Contratado

PARECER JURÍDICO

Em análise ao presente contrato constatei que o mesmo se encontra em plena conformidade com os ditames estabelecidos pela lei 8666/93

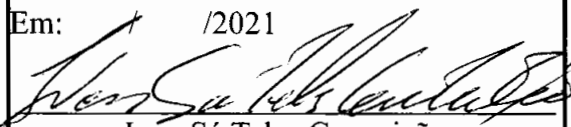


Assessor Jurídico
OAB

PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 26 e parágrafo único art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93 a Prefeitura Municipal de Seabra-BA publica o presente instrumento em local apropriado para que seja dado o fiel cumprimento para produção dos seus efeitos de direito.

Em: /2021



Ivan Sá Teles Conceição
Secretário Municipal de Administração